

ATA NÚMERO 162/XII/3ª SL

20.novembro.2013 – 15h00

Aos 20 dias do mês de novembro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 06, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 298/XII/3.ª da iniciativa da FENPROF, que pretende a revogação da prova de acesso ao exercício da profissão docente - 15h00

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputado relator:** Luís Fazenda - BE

5. Audiência à Associação Nacional de Escolas Profissionais - 16h00

6. Audiência com uma delegação de parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da **República do Quênia** – 17h00

7. Projeto de Lei n.º 460/XII/3.ª (PCP) - Determina a realização de um concurso extraordinário de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Ana Oliveira - PSD

8. Projeto de Lei n.º 461/XII/3.ª (PCP) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Pedro Delgado Alves - PS

9. Projeto de Lei n.º 462/XII/3.ª (PCP) - Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autor do parecer:** Michael Seufert - CDS-PP

10. Projeto de Lei n.º 463/XII/3.ª (PCP) - Financiamento do Ensino Superior Público

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Nilza de Sena - PSD

11. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo dos Estados Unidos da América **COM(2013)731**.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Duarte Marques - PSD

12. Calendarização e fixação de programa para a visita da CECC, ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e da Zona Especial de Proteção (ZEP)

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Presidente demissionário do Instituto do Cinema e Audiovisual

14. Outros assuntos

15. Datas da próxima reunião

Dia 27 de novembro de 2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões de 12 e 13 de novembro foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que o Senhor Deputado Carlos Zorrinho (PS-suplente) foi substituído na CECC pelo Senhor Deputado António Cardoso (PS).

3.2. Pedidos de audiência à CECC

3.2.1. O Presidente informou que foi recebido da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal do Brasil, um pedido de audiência aos coordenadores do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre o Acordo Ortográfico (Professores Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto), criado naquele Parlamento. “O GTT está a colher contribuições assim como consultar e auscultar os demais segmentos envolvidos no Brasil e nos

demais países, sobre a implementação do novo Acordo Ortográfico, tendo como finalidade última propor um documento com sugestões”.

Foi consensualizado que os elementos do GTT seriam recebidos na reunião da Comissão do dia 27 e posteriormente pelos deputados do ex-Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico, para mais desenvolvimentos. Foi ainda referido que se prevê que a Comissão de Negócios Estrangeiros participe na audiência na Comissão.

- 3.2.2.** Foi indicado que a GDA, Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL pediu uma audiência à Comissão e bem assim à Comissão para a Ética, Cidadania e a Comunicação, para colocarem a seguinte questão: “Por imposição da RTP, estão a ser impostas duas cláusulas abusivas no âmbito dos contratos celebrados entre a RTP e as produtoras audiovisuais ou cinematográficas e Artistas”.

Foi consensualizado fazer a audiência por deputados das 2 Comissões, sendo o “deputado-piloto” por parte da Comissão de Educação, Ciência e Cultura a Deputada Inês de Medeiros (PS).

- 3.2.3.** O Presidente deu conta dum pedido de audiência do Professor António Branco, para tratar do Livro Branco sobre “A Língua Portuguesa na Era Digital”, tendo o PSD indicado para presidir à reunião a Deputada Rosa Arezes.

- 3.3.1. Foram apreciados os relatórios das audiências à APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual, VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, AEL – Associação Ensino Livre e ANSOL – Associação Nacional para o Software Livre, pelo Grupo de Trabalho da Partilha de Dados Informáticos e ao Presidente do CNE – Professor David Justino, pelo Presidente da Comissão, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos.

- 3.4.** O Presidente da Comissão informou que o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) vai realizar um Seminário sobre Justiça Intergeracional, com outros CNJ da Europa, em que pretende debater o tema com a sociedade civil, academia e deputados, a ter lugar no dia 20 de dezembro, tendo pedido para o mesmo ser realizado na Assembleia da República.

Indicou ainda que nessa sequência o Gabinete da PAR pediu parecer à Comissão sobre a realização do Seminário na AR (nomeadamente, interesse e pertinência da iniciativa) e sobre a disponibilidade da Comissão para se associar à organização.

A Deputada Rita Rato (PCP) solicitou que se consultasse um antecedente dum pedido de apoio e associação a uma iniciativa no âmbito do Festival da Lusofonia, para não se adotar um procedimento divergente.

O Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que o Conselho Nacional da Juventude é um órgão de consulta do Estado e manifestou-se no sentido de que a Comissão deve apoiar e participar na iniciativa.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) concordou com o evento e igualmente com a pesquisa do antecedente referido.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) concordou com a consulta do antecedente referido.

Nessa sequência, foi consensualizado consultar o antecedente e decidir depois.

4. Petição n.º 298/XII/3.ª da iniciativa da FENPROF, que pretende a revogação da prova de acesso ao exercício da profissão docente

A delegação da FENPROF era constituída pelos Professores Mário Nogueira, João Louceiro, Maria Júlia Vale, Sílvia Pereira, São Saúde e Ana Simões.

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os representantes da FENPROF referiram, em 1.º lugar, o facto de já terem sido recebidos pelos vários Grupos Parlamentares, com exceção do PSD. Indicaram, depois, que querem saber porque razão os professores, já contratados há vários anos, têm de fazer uma prova de acesso à carreira, pagarem 20€ para o efeito e no caso dos que estão a lecionar nas regiões autónomas, virem ao continente fazer a prova, sob pena de, não a fazendo, não poderem concorrer aqui.

Congratularam-se com o facto de a Comissão Europeia ter instado Portugal a rever as condições de emprego dos professores que trabalham nas escolas públicas com contratos a termo, solicitando uma resposta no prazo de 2 meses.

Professores da delegação deram testemunho da sua situação, referindo que são docentes há vários anos (num caso mais de 10 anos), sentem-se coagidos e humilhados com a realização da prova, defendem que estão habilitados para a função docente, são profissionalizados e têm estágio.

Salientaram que a petição tem cerca de 23.000 assinaturas e que os professores contratados são os únicos que têm avaliação anual e têm tido renovação sucessiva dos contratos. Realçaram que o aviso que tinha saído no dia anterior, respeitante à prova, demonstra ainda mais injustiça.

Interveio, de seguida, a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), salientando que o Estado tem a obrigação de proporcionar uma educação/formação, pautadas por elevados níveis de qualidade, competência, rigor e exigência e que o Governo está a implementar o modelo criado em 2007, pelo PS. Referiu que o PSD prevê, no seu programa de governo, uma prova de avaliação de conhecimentos de acesso à profissão e que se prevê atualmente a realização de duas provas (uma de acesso aos cursos de formação docente e, outra, de avaliação de conhecimentos e capacidades). Realçou que o objetivo é melhorar a educação dos jovens, insistindo no rigor e na competência.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu que o Ministro da Educação e Ciência pretende implementar uma inutilidade e que esta prova não contribui para uma boa relação entre os agentes educativos. Fez referência a uma indicação do Instituto Politécnico de Castelo Branco no sentido de que a prova não é uma evidência para se melhorar a qualificação. Referiu, ainda, que a realização da prova foi prevista em 2007, mas teve alterações em 2010 e reiterou a indicação de que a prova é inútil.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o CDS-PP defende a avaliação, de alunos e de professores, como garantia da qualidade do ensino. Salientou que o Governo teria tentado negociar dispensas da prova, mas os sindicatos não aceitaram e entendeu que a Assembleia da República não pode “desfazer as negociações”. Referiu que há muitas carreiras com provas de ingresso. Manifestou, ainda, que a atuação da FENPROF para as televisões desrespeita o Parlamento.

A Deputada Paula Batista (PCP) referiu que a prova é um ataque aos professores contratados, agrava a instabilidade, fragiliza a escola pública, significa uma humilhação pública para os

professores profissionalizados (com avaliação científica e pedagógica) e a instabilidade das famílias.

Salientou que a prova foi aprovada em 2007, mas implementada pelo PSD. Informou que está agendada para o dia 5 de dezembro a [Apreciação Parlamentar n.º 67/XII](#), do [Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro](#), que procedeu à alteração dos artigos 2.º e 22.º do Estatuto da Carreira Docente e do artigo 41.º do [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho](#). Defendeu que a prova só responde a questões económicas e a um corte nas despesas.

O Deputado Luís Fazenda (BE) referiu que a exibição duma nota de 20€ num *dossier* com currículos de professores contratados representa a propina da prova, salientando que a prova é absurda bem como a sua forma de realização e retira credibilidade à formação profissional dos professores. Salientou que acompanham o pedido de Apreciação Parlamentar referido e propõem a cessação de vigência do Decreto-Lei em causa.

Realçou que a Comissão Europeia entende que os professores têm sido discriminados em termos remuneratórios e reiterou que a prova de acesso gera humilhação para os professores.

Por fim, os representantes da FENPROF salientaram que a Madeira e os Açores não vão fazer a prova e os professores do continente que estão a exercer nas mesmas terão de fazer a prova para concorrerem aos concursos do continente. Defenderam que, de facto, não houve negociação quanto à prova, tendo havido uma reunião em agosto e não tendo sido autorizada a prorrogação do prazo até setembro. Assim, entende que a Assembleia da República pode alterar o regime fixado pelo Governo.

Esclareceram que o Governo propôs a dispensa da prova para os professores contratados há mais de 15 anos, mas exigia que a FENPROF manifestasse acordo em relação a isso, o que consideraram inaceitável. Referiu, por último, que se verificava hipocrisia e cinismo do Governo e dos deputados da maioria.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audiência à Associação Nacional de Escolas Profissionais - 16h00

A delegação da ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais, era constituída pelos Drs. José Luís Presa, José Pacífico, Cecília Carvalhais e Luís Costa.

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os representantes da ANESPO salientaram que as escolas profissionais constituem uma experiência inovadora, de efeito multiplicador em relação à qualificação inicial dos jovens, que está prestes a completar 25 anos, foi sempre avaliada positivamente pelos agentes económicos e sociais e se confronta agora com vários problemas. Defenderam que a rede dos cursos profissionais deve ser mantida e reforçada e os CEF deveriam ter continuidade, por serem uma boa oferta, como resposta alternativa para os jovens que não querem ter áreas mais exigentes, tratando-se de cursos de dupla qualificação, que permitem evoluir de nível 2 para nível 4.

Em relação aos cursos vocacionais no âmbito do ensino básico, discordaram da duplicação de ofertas desta tipologia por já existirem os CEF, com mais vantagens (incluindo o facto de conferirem qualificação) e entenderem que há formas mais eficazes e menos onerosas de orientação vocacional.

Em relação aos cursos vocacionais no ensino secundário, entenderam que “a matriz da experiência piloto em curso constitui uma adulteração das duas ofertas disponíveis que conferem equivalência ao 12.º ano e nível IV de qualificação profissional”. Salientaram que têm componentes de formação geral e complementar mais reduzidas do que as do ensino profissional, indicaram que as horas de formação tecnológica são insuficientes e consideraram que as horas em empresa são excessivas, atendendo ao universo empresarial do país.

Salientaram que o Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, impede os alunos com mais de 20 anos de frequentarem as escolas profissionais (devendo inscrever-se em ofertas destinadas a adultos), referindo que esses alunos, se não tiverem respostas das escolas profissionais, ficam fora do sistema e são empurrados para os Centros de Formação Profissional, muitas vezes longe da sua área de residência. Assim, solicitam a revogação do diploma e que os jovens com mais de 20 anos sejam autorizados a frequentarem as escolas profissionais.

Indicaram, depois, a frequência de cursos profissionais por alunos oriundos dos PALOP, com base em protocolos estabelecidos ente Câmaras Municipais e os países em causa, defendendo a necessidade de se regular o sistema, dando-lhe um enquadramento institucional. Salientaram que este ano permitiu-se a sua inscrição, mas estes alunos não contavam para o total dos alunos das turmas, penalizando as escolas profissionais.

Realçaram, ainda, o facto de se verificarem vários atrasos nos pagamentos dos subsídios, informando que as escolas ainda não receberam as verbas de setembro e algumas têm pagamentos em atraso respeitantes ao ano letivo anterior, não recebendo verbas há cerca de 5 meses.

Interveio depois o Deputado Rui Pedro Duarte (PS), referindo que o PS defende o reforço do ensino profissional. Questionou qual o número de turmas relativamente ao ano anterior e se houve diminuição, fez referência à experiência piloto do ano passado e defendeu que os alunos com mais de 20 anos precisam de resposta.

O Deputado Isidro Araújo (PSD) indicou que em 2013 há mais 9.000 alunos nos 3 anos do ensino profissional. Em relação aos alunos dos PALOP referiu que a medida adotada já foi aplicada em 2012-2013 e tem origem no POPH. Por último, referiu que o PSD está disponível para reponderar as matérias em causa.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) transmitiu o entendimento de que a oferta em relação aos cursos profissionais teve por base estudos, nomeadamente em relação às necessidades do mercado e perguntou qual a análise que fazem em relação a esta matéria. Pediu também a apreciação que fazem em relação à experiência piloto, referindo que os professores não a apreciaram favoravelmente.

A Deputada Rita Rato (PCP) pediu informação sobre o número de escolas da ANESPO e os números de turmas aprovadas este ano e em geral, o número de escolas financiadas pelo POPH e as só financiadas pelo mesmo, manifestando que entende que as mesmas deveriam ser financiadas pelo OE. Referiu, depois, a redução do financiamento por desistência dos alunos e pediu o número de cursos CEF nas escolas públicas e nas profissionais.

O Deputado Luís Fazenda (BE) defendeu que a limitação de frequência dos cursos profissionais a alunos com mais de 20 anos é absurda e pediu uma explicação para essa situação. Em relação à oferta de cursos mais avançados, pediu indicação da sua estrutura. Evidenciou a discussão em relação à oferta disponibilizada e à sua articulação com o mercado de emprego, defendendo a necessidade de clarificação da matéria.

Os representantes da ANESPO consideraram fundamental que se acompanhem os países europeus e a formação profissional, concordando com a meta de 50% para o ensino profissional. Referiu que não conhece exatamente a oferta do ensino profissional na escola

pública, informou que nas escolas profissionais houve uma redução do número de turmas e manifestou a convicção de que nas escolas públicas também não houve aumento.

Informaram que no dia anterior tinham sido recebidos pelo Secretário de Estado, o qual se comprometeu no sentido de que na próxima semana receberão os contratos para assinarem, esperando os representantes da ANESPO que recebam as verbas correspondentes nas próximas semanas.

Indicaram que no final de um ano da formação vocacional é que se define para onde vão os alunos, propondo que se faça uma análise de orientação vocacional o mais cedo possível. Referiram a necessidade de definir quem coordena os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional.

Para efeitos de definição do edifício da formação, defenderam a realização de um bom diagnóstico das necessidades. Concordaram com a escala até NUT 3.

Por último, salientaram a limitação de acesso dos alunos do ensino profissional ao ensino superior, referindo que têm de fazer 3 exames, enquanto, por exemplo, os alunos do ensino artístico só fazem 2 exames, concluindo que se verifica uma discriminação negativa daqueles alunos.

A gravação da audiência e os elementos entregues pela ANESPO estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

6. **Audiência** com uma delegação de parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da **República do Quênia – 17h00**

O Sr. Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos membros da delegação da República do Quênia: Sabina Chege (MP and Chair, Education, ICT and Research Committee of National Assembly), Prof. Jacob Kaimenyi (Cabinet Secretary - Minister of Education), Cecilia Ngetich (MP), Julius K Melly (MP), Dorcas Kedogo (MP), Jared Opiyo (MP), Joseph Nyumu (MP), Mochaél Kisao (MP), Susan Chebet (MP), Susan Chebet (MP), Dr. John Temba (Director, ICT for Education), Mary Rotich (Director, Teacher Management) e Dr. Hamidou Boukary (ADEA Acting Executive Secretary).

O Sr. Presidente da Comissão fez uma breve apresentação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e das suas competências, a que se seguiu a apresentação de cada um dos membros da delegação do Quênia e, posteriormente, dos Deputados da Comissão.

Os membros da delegação do Quênia referiram-se aos objetivos da deslocação a Portugal e colocaram alguma questões, nomeadamente sobre o papel da Comissão na introdução das TIC nas escolas, sobre os desafios da implementação do programa dos portáteis e sobre o impacto da sua introdução, sobre a relação entre a Comissão e o Ministério da Educação e Ciência, sobre a eventual existência de contratos de performance dos professores, sobre a eventual existência de centros de novas tecnologias e sobre o seu papel na promoção das TIC aos alunos, sobre a opinião dos Deputados portugueses quanto à decisão de o Quênia distribuir computadores apenas nas escolas públicas e ainda sobre a forma de assegurar a formação na área das TIC aos professores.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se, em primeiro lugar, à forma de relacionamento entre a Assembleia da República e o Governo e à separação de poderes entre ambos e considerou que o grande desafio do programa dos portáteis diz respeito às questões orçamentais e também ao seu impacto pedagógico, social e cultural. Referiu-se, em especial, aos casos de famílias sem qualquer formação nesta área, o que as impede de efetuarem

qualquer monitorização, o que poderá constituir um perigo de uso indiscriminado do computador. Considerou ainda que o impacto deste programa, tal como de qualquer programa na área da educação, deverá ser avaliado a longo prazo e defendeu a distribuição de computadores por todos os alunos, e não apenas pelos que frequentam as escolas públicas, podendo o Estado solicitar uma comparticipação financeira às famílias de alunos das escolas privadas, consoante os rendimentos.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu-se às opções do Governo do PS, reconhecendo que contribuíram para a inovação em diversos níveis, pese embora os custos muito significativos para o País. Referiu-se ainda à parceria com as instituições de ensino superior, ao nível do desenvolvimento de software pedagógico e ainda ao envolvimento de algumas comunidades intermunicipais neste programa. Chamou, por último, a atenção para a importância do trabalho de chamamento dos pais para a questão das TIC's, através da promoção de ações de formação.

O Deputado Isidro Araújo (PSD) prestou alguns esclarecimentos sobre a formação de professores, referindo, em síntese, que o Ministério da Educação e Ciência tem organizada uma rede de centros de formação, que concentra a formação nas áreas prioritárias, tendo o plano tecnológico sido acompanhado de um programa específico de formação para as TIC.

O Deputado Agostinho Santa (PS) referiu-se à importância da troca de experiências sobre a utilização das novas tecnologias nas escolas, referindo que Portugal se encontra no pelotão da frente nesta matéria. Destacou o investimento feito nas áreas da inovação, ciência e tecnologia e o lançamento, pelo Governo PS, do Plano Tecnológico da Educação, através do apetrechamento das escolas com instrumentos de acesso às novas tecnologias. Considerou ainda importante manter o investimento nestas áreas e monitorizar os resultados, entendendo que os problemas financeiros não podem levar à rutura e à descontinuidade do programa, uma vez que compete aos serviços públicos de educação evitar o vazio do desconhecimento das novas tecnologias. Esclareceu que não existe tradição de contratos de performance dos professores e afirmou que o critério utilizado em Portugal foi o da entrega dos computadores aos alunos e não às escolas, sendo que não se registou qualquer discriminação em relação aos alunos das escolas privadas.

A presidente da Comissão de Educação e Investigação do Quénia agradeceu a concessão da audiência e dirigiu um convite aos Deputados para visitarem o Quénia.

O presidente da Comissão da Educação, Ciência e Cultura referiu-se ao privilégio da troca de experiências e de ideias, considerando que beneficia os povos e é o que eles esperam dos seus representantes.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

7. Projeto de Lei n.º 460/XII/3.^a (PCP) - Determina a realização de um concurso extraordinário de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

O parecer foi apresentado pela autora, deputada Ana Oliveira (PSD), tendo a deputada Rita Rato (PCP) proposto o acrescento de um parágrafo, para clarificar o objeto do Projeto-lei, o que foi aceite.

O parecer foi, depois, aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

8. Projeto de Lei n.º 461/XII/3.ª (PCP) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes

Adiado.

9. Projeto de Lei n.º 462/XII/3.ª (PCP) - Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuidade

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

10. Projeto de Lei n.º 463/XII/3.ª (PCP) - Financiamento do Ensino Superior Público

Na ausência da Deputada Nilza de Sena (PSD), o parecer foi apresentado pela Deputada Isilda Aguincha (PSD), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

11. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo dos Estados Unidos da América **COM(2013)731**.

Na ausência do Deputado Duarte Marques (PSD), o parecer foi apresentado pela Deputada Isilda Aguincha (PSD).

A Deputada Rita Rato (PCP) anunciou a abstenção do PCP em relação a este parecer, dadas as dúvidas que lhe suscitam os objetivos de cooperação e salvaguarda de soberania de cada estado membro, em matéria de cooperação científica.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP, registando-se a ausência da deputada do PEV.

12. Calendarização e fixação de programa para a visita da CECC, ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e da Zona Especial de Proteção (ZEP)

A Deputada Conceição Pereira (PSD), depois do contacto que estabeleceu com os Deputados Odete João (PS) e Manuel Isaac (CDS-PP), sugeriu o agendamento da visita para o dia 9 de dezembro, entendendo poder a mesma conciliar-se com a visita do Grupo de Trabalho da Educação Especial ao distrito de Leiria, agendada para esse dia.

A Deputada Margarida Almeida (PSD) afirmou que aguarda o programa da visita à CERCILEI, entendendo que só depois se poderá verificar a possibilidade de compatibilização das duas iniciativas para a mesma data.

A Deputada Rita Rato (PCP) lembrou que o programa da visita à CERCILEI deve incluir, para além de uma visita às instalações, uma reunião com a direção da CERCILEI e com outras entidades, pelo que reconhece alguma dificuldade no agendamento das duas iniciativas para o mesmo dia.

Foi decidido que este assunto voltará a ser apreciado na próxima reunião da Comissão.

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Presidente demissionário do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA)

A Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, lembrando que no passado foi possível ouvir, na Comissão, o ex-diretor-Geral das Artes, Dr. Jorge Barreto Xavier.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que compete à Comissão fiscalizar a ação dos responsáveis políticos e não de demissionários, que deixaram de assumir responsabilidades.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu-se à situação complicada em que se encontra o ICA e à impossibilidade de cumprir os compromissos assumidos, pelo que considerou que a Comissão tem todo o interesse em ouvir o Dr. José Pedro Ribeiro, que foi a pessoa que dirigiu a reestruturação do ICA, tornando mais transparente o sistema de apoio.

A Deputada Conceição Pereira (PSD) disse partilhar as preocupações expostas, entendendo, no entanto, que os problemas não são de agora e que importa conhecê-lo quando as pessoas estão em funções e não quando se demitem.

A Deputada Catarina Martins (BE) lembrou que o Dr. José Pedro Ribeiro esteve quase 10 anos à frente dos destinos do ICA, tendo sido responsável pela sua reorganização.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP, os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

14. Outros assuntos

14.1. O Sr. Presidente referiu-se a uma proposta apresentada pela Deputada Rita Rato (PCP), no sentido de os pareceres serem distribuídos com 48 horas de antecedência, de forma a possibilitar, aos Deputados, uma análise mais aprofundada e uma tomada de posição mais informada sobre os mesmos.

O Sr. Presidente considerou que este critério deverá ser adotado pela Mesa, o que, a não ser cumprido, poderá implicar o adiamento da apreciação dos pareceres.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que esta questão deverá ter em conta o critério de fixação da agenda, o que leva a que o fecho da mesma ocorra com 48 horas de antecedência.

O Sr. Presidente lembrou que os pareceres exigem algum estudo e que o fecho da agenda com uma antecedência de 48 horas pode limitar a atividade dos Deputados, por exemplo, no que se refere à apresentação de requerimentos.

14.2. A Deputada Inês de Medeiros (PS) fez referência ao facto de a matéria dos direitos de autor e direitos conexos se encontrar na dependência de três Comissões, pelo que considerou que a 1.ª Comissão deve ser informada da audiência à CGA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, para o caso de os Deputados quererem estar presentes. Pese embora não estejam em causa direitos, mas apenas a sua forma de aplicação, lembrou o acordo estabelecido no início da Legislatura, no sentido de serem sempre informadas as Comissões, o que, em bom rigor, não está a ser cumprido.

O Sr. Presidente informou que levará este assunto à próxima Conferência de Presidentes, considerando que se deve delimitar as competências de cada uma ou então deve haver uma informação efetiva às outras Comissões.

15. Datas das próximas reuniões



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Dia 27 de novembro de 2013

A reunião foi encerrada às 19:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de novembro 2013

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Oliveira
António Cardoso
Carlos Zorrinho
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Paula Baptista
Pedro Lynce
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Maria da Conceição Caldeira